

21 FEV 1989

Congresso

O câncer do nepotismo

Dos 459 deputados brasileiros, todos eles responsáveis pela redação do mais importante documento político do Brasil nos últimos 40 anos, a Constituição de 1988, 193 têm parentes empregados em seus gabinetes. O nepotismo não conhece ideologia: de um lado, o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto (RJ), empregou a mulher e duas filhas; de outro, o professor Florestan Fernandes (PT-SP) proporcionou ao filho, que carrega seu próprio nome, um vencimento invejável para muitos brasileiros da esquerda e da direita, NCzs 1.176,93 por mês. O credo religioso também não impede o recurso, no mínimo pouco ético, ao empreguismo familiar: o pastor Lysânea Maciel (PDT-RJ) conseguiu empregar na Câmara dos Deputados a mulher e a filha.

Todos os partidos contribuem para a lista vergonhosa das famílias cujas rendas são compostas com a generosa contribuição do Erário. O PTB pode ser apontado como o campeão parlamentar do fisiologismo, pois os deputados paulistas Mendas Botelho e Jayme Pallarin levaram, cada um deles, a mulher e três filhos à fúnesta relação. Mas nem os mais radicais comunistas estão livres do vexame. O goiano Aldo Arantes, líder do PC do B, de linha albanesa, tem um filho lotado em seu gabinete. O respeitado comunista baiano Fernando Santana (PCB) também não resistiu à tentação de engordar a renda familiar com os vencimentos de um filho.

O PT, que tem manifestado de público seu repúdio a tais práticas, não se exime da tentação do nepotismo. Além do professor Florestan Fernandes, também aparece na lista o líder sindical bancário Luiz Gushiken, que empregou a irmã, e a ex-freira Irma Passoni, que proporciona ao próprio marido (ao estilo de sua ex-co-

lega de partido, a ex-prefeita de Fortaleza Maria Luíza Fontenelle) NCzs 1.176,93 mensais de vencimento.

A participação do partido de Luiz Inácio Lula da Silva no inventário do nepotismo parlamentar pode até ser considerada baixa, proporcionalmente, se comparada com a de outras bancadas. Mas a questão é ética e não matemática. Como explicar o emprego de um parente, se todo o discurso ao público externo tem sido o de condenar nos adversários esse tipo de prática clientelística?

Esta pergunta pode ser feita em relação à polêmica entre o candidato petista à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a prefeita de São Paulo, Lúiza Erundina de Sousa, a respeito da nomeação de um sobrinho dela para um cargo de confiança no gabinete. É também a dúvida fundamental a respeito da polêmica travada entre o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Eduardo Matarazzo Suplicy, e a bancada de seu próprio partido a respeito do grau de transparência na divulgação da lista dos funcionários-fantasmas da Casa.

O tema é muito mais grave do que pode parecer, à primeira vista. A presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Regina Gordilho, resolveu combater, com seriedade, a contratação de funcionários desnecessários e demitir os ociosos. A reação à atitude adotada por ela chegou a ser assustadora, por sua violência: começou com vaias desrespeitosas e terminou com ameaças anônimas — nem por isso menos assustadoras —, de morte, pelo telefone. Como não podia deixar de ser, ela enfrenta a incompreensão dos próprios colegas de bancada, do PDT.

Regina Gordilho expôs o ámago do drama do nepotismo na administração

pública brasileira ao manifestar sua descrença a respeito da eficácia da ação de seu colega paulista, Eduardo Suplicy. Ela disse que a candidatura presidencial do PT pode atrapalhar os planos moralizadores do presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Esteja ela certa ou não, a verdade é que fatos como esse desmoralizam completamente os políticos brasileiros perante a opinião pública. Os números mostram que o ex-presidente do Senado Federal Humberto Lucena (PMDB-PB) levou oito parentes à folha de pagamento da Casa, à qual foi levado para representar o povo de seu estado. Mas não chega a ser o recordista: o senador Odacir Soares (PFL-RO) tem nove parentes em suas proximidades, e dez são os parentes do ex-senador e atual deputado federal Pedro Ceolin (PFL-ES) no quadro funcional do Congresso.

No entanto, esses números não são capazes de exibir o crescimento vertiginoso desse verdadeiro câncer moral no centro nervoso do Poder Legislativo nem as consequências funestas dessa monstruosa metástase. O único bisturi conhecido para extirpá-lo, dentro da normalidade civilizada da democracia, é a renovação dos quadros parlamentares pela eleição. E o tumor chegou a tais dimensões que a qualquer brasileiro sensato só resta a alternativa de pedir a antecipação da renovação parlamentar de novembro de 1990 para novembro de 1989, tal como propôs o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, na entrevista ao *Estado*, publicada na página 4 da edição de anteontem. A única cura para o câncer do nepotismo, tal o grau atingido pela metástase, é essa antecipação, com a tentativa de extirpar o tumor pelo choque mortal do voto na urna.